

c) Não comparecer a qualquer uma das provas, exceto a prova de títulos.

8. DO RECURSO

8.1. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado do concurso, exclusivamente de nulidade, ao Conselho Universitário, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação prevista no item 6.9 deste edital.

8.1.1. O recurso deverá ser protocolado na Secretaria Geral da UNICAMP.

8.1.2. Não será aceito recurso via postal, via fac-símile ou correio eletrônico.

8.1.3. Recursos extemporâneos não serão recebidos.

8.2. O resultado do recurso será divulgado no site eletrônico da Secretaria Geral.

9. UNICAMP (www.sgu.unicamp.br).

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento.

9.2. As convocações, avisos e resultados do concurso serão publicados no Diário Oficial do Estado e estarão disponíveis no site www.feagri.unicamp.br/portal/concursos, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

9.3. Se os prazos de recurso terminarem em dia em que não há expediente na Universidade, no sábado, domingo ou feriado, estes ficarão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente.

9.4. O prazo de validade do concurso será de 01 (um) ano(s), a contar da data de publicação no Diário Oficial do Estado da homologação dos resultados pela CEPE, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

9.4.1. Durante o prazo de validade do concurso poderão ser providos os cargos que vierem a vagar, para aproveitamento de candidatos aprovados na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso.

9.5. A critério da Unidade de Ensino e Pesquisa, o candidato aprovado e admitido poderão ser atribuídas outras disciplinas além das referidas na área do concurso, desde que referentes à área do concurso ou de sua área de atuação.

9.6. O candidato aprovado e admitido somente será considerado estável após o cumprimento do estágio probatório, referente a um período de 03 (três) anos de efetivo exercício, durante o qual será submetido à avaliação especial de desempenho, conforme regulamentação prevista pela Universidade.

9.7. Até 60 (sessenta) dias após a publicação da homologação do concurso o candidato poderá solicitar a retirada dos memoriais (item 2.2 "a" e "d") entregues no ato da inscrição e que não foram utilizados pela Comissão Julgadora, mediante requerimento protocolado na Secretaria da(s) Faculdade de Engenharia Agrícola. Após este prazo, se não retirados, os memoriais serão descartados.

9.8. O presente concurso obedecerá às disposições contidas na Deliberação CONSU-A-30/13, e Deliberação Congregação Feagri 112/2022.

9.8.1. Cópia da Deliberação CONSU-A-30/13 poderá ser obtida no site www.sgu.unicamp.br ou junto à Secretaria, Faculdade de Engenharia Agrícola que poderá prestar quaisquer outras informações relacionadas ao concurso em questão.

9.9. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado.

9.10. Qualquer alteração nas regras de execução do concurso deverá ser objeto de novo Edital.

ANEXO I – PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS

FA701 - Sociologia e Extensão Rural

Realidade rural brasileira. Introdução à sociologia rural. Geração, transferência, difusão e adoção de tecnologias no meio rural. Comunicação rural. Projetos de intervenção na realidade rural. Fundamentos e metodologia de extensão rural.

FA108 - Logística Agroindustrial

Introdução à logística agrícola e agroindustrial e conceitos relacionados. Nível de serviço. Caracterização dos sistemas de transporte: rodoviário, ferroviário, aquaviário e sistema portuário. Intermodalidade. Rotetização. Arqueamento, manuseio e acondicionamento de produtos. Estoques. Gestão, estratégia e planejamento logístico. Logística reversa aplicada ao segmento agroindustrial.

FA520 - História e Desenvolvimento da Agricultura Brasileira

Fundamentos históricos da agricultura brasileira. Modernização da agricultura no Brasil. Caracterização da produção agrícola e agroindustrial. Política agrícola. Estrutura Agrária. Relações sociais na política. Desenvolvimento agrícola e agroindustrial.

FA720 - Fundamentos de Economia

Introdução à macroeconomia (medidas da atividade econômica: produção, renda, consumo, poupança, investimento, exportações e importações). População, emprego e renda: mercado de trabalho, desigualdades sociais e econômicas. Importância e papel da agricultura no desenvolvimento econômico e social. Mercados e transações. Economia informal.

FA721 - Engenharia Econômica

Conceitos econômicos introdutórios. Matemática financeira. Custos. Análise de investimentos. Fluxo de caixa. Métodos de Comparação de alternativas de investimento e métodos de decisão. Efeito da incidência de impostos na avaliação econômica. Análise financeira e alavancagem. Análise de incerteza e de riscos.

FA877 - Planejamento Agrícola

Gestão da empresa agrícola. O papel do planejamento na gestão (áreas funcionais, níveis e etapas). Produção agrícola. Planejamento agrícola e seus componentes: planejamento do uso do solo (zoneamento), planejamento da produção (estates e variedades) e planejamento anual das atividades. Softwares para planejamento e controle.

FA878 - Introdução ao Gerenciamento de Projetos

Solução de Problemas Complexos. Conceitos básicos de gerenciamento de projetos. Os macroprocessos de gerenciamento: iniciação, planejamento, execução, controle e encerramento. Áreas de conhecimento do gerenciamento de projetos: escopo, tempo, custo, qualidade, comunicações, riscos, recursos humanos e suprimentos. As relações dentro da equipe. O gerente e seu papel. Os benefícios do gerenciamento de projetos. Utilização de "software" para gerenciamento de projetos.

ANEXO II - BIBLIOGRAFIA

- Araújo, I.S. e Azevedo, A.M.A., A recepção de impressos, rádio, vídeo e audiovisuais no meio rural, ed. Espaço Aberto, Recife, 1996.
- BERGAMASCO, S.M.P.P. Agricultura e Assistência Técnica no Estado de São Paulo. Botucatu, UNESP-Faculdade de Ciências Agrônomicas, 1983. 286p. (Tese de Livre-Docência).
- BODENAVE, J.E.D. O que é comunicação rural, Ed. Brasileira, Coleção Primeiros Passos, São Paulo, 1983.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Proposta resultante da oficina nacional "Uma nova extensão rural centrada na agricultura familiar". Brasília, nov. 1997. 37doc em http://www.pronaf.gov.br/ater/dsc/oficina_nacional.
- BROSE, Markus (Org.). Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos. Ed. Tomo, 2001.
- BROSE, Markus (Org.). Participação na extensão rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local. Ed. Tomo, 2004.

• CÂNDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito. São Paulo. Livraria Duas Cidades, 1982.

• CAPORAL, Francisco R.; COSTABEER, José A. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. Reforma Agrária, São Paulo, set./dez., 1994, p. 70-90.

• CAPORAL, Francisco R.; COSTABEER, José A. Bases para uma nova ATER pública. Disponível em: www.pronaf.gov.br/ater/Docs/Bases%20NOVA%20ATER.doc

• FIGUEIREDO, R.P. Extensão Rural; extensão do capitalismo? - Análise do Sistema ABCAR/EMBRATER (1948-1979). Campinas. SP: 1980. (Projeto de tese/semitemo).

• FONSECA, M.T.L. A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital. São Paulo, Ed. Loyola, 1985.

• FREIRE, P. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1971. 93p.

• FRIEDRICH, A.O. Comunicação Rural. Proposição crítica de uma nova concepção. 2a Ed. Brasília, EMBRATER, 1988.

• GRZYBOWSKI, C. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. Ed. Vozes, 1987. 90p.

• LOUREIRO, M.R. (org.) Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. Cortez Editora, 1981. 155p.

• O'NG, W. Oralidade e cultura escrita - a tecnologia da palavra. Ed. Papirus, Campinas/SP, 1998.

• QUEDA, O. A Extensão Rural no Brasil: da anúnciação ao milagre da modernização agrícola. Piracicaba, ESAL/USP, 1987. (Tese de Livre Docência)

• RODRIGUES, Cyro M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v.14, n.1, p.113-154, 1997.

• SANTANDER, F. O extensionista. São Paulo. Ed. HICITEC, 1987.

• SANTOS, J.V.T. Colono do vinho. Ed. Hucitec, 1978. 182p. (Coleção Ciências Sociais).

• SILVEIRA, M.A. & CANUTO, J.C. (org.). Estudos de comunicação rural. Ed. Loyola, 1989. 149p. (Estudos Contemporâneos em Comunicação, no 1).

• SZMRECSANYI, T. & QUEDA, O. Vida rural e mudança social. São Paulo. Cia Editora Nacional, 1973. 233p.

• WOORTMANN, E. & WOORTMANN, K., O trabalho da terra, Ed. UNB, Brasília/DF, 1997.

• BALLOU, R. H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos. São Paulo: Bookman, 2001.

• BOWERSOX, D. Let al. Gestão Logística da Cadeia de Suprimentos. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2014.

• FLEURY, P. F. Logística empresarial: A Perspectiva Brasileira. São Paulo: Atlas, 2000.

• OLIVEIRA, A. L. R. A logística do agronegócio: para além do apagão logístico. In: BUAINAIN, A. M. (et al.). (org.). O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrícola e agrícola. 1ed. Brasília: Embrapa, 2014, v. 1, p. 337-370.

• NOVAES, A. G. Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

• BALLOU, R. H. Logística empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo, Atlas, 1993.

• CAIXETA FILHO, J. V.; Gameiro, A. H. (org.) Transporte e Logística em Sistemas Agroindustriais. São Paulo, Atlas, 2001.

• CHING, H. Y. Gestão de estoques na cadeia de logística integrada. São Paulo: Atlas, 2001.

• ALTEIRI, M.A. Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável. Editora Nordan-Comunidad, Montevideo, 1999.

• BERGAMASCO, S.M.P.P. & NORDER, L. O que são assentamentos rurais? São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos).

• BERGAMASCO, S.M.P.P.; OLIVEIRA, J.T.A.; ESQUERDO, V.F.S. Assentamentos rurais no século XXI: temas relevantes. São Paulo: INCRA, 2011, 525p.

• BOSEURUP, E. Evolução agrícola e pressão demográfica. São Paulo: HUCITEC, 1987.

• BUAINAIN, A. M. et al. Sete meses sobre o mundo rural brasileiro. Revista de Política Agrícola, v. 22, n. 2, p. 105-121, 2013.

• BUARQUE DE HOLANDA, S. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio.

• FRANÇA, C.G.; GROSSI, M.; MARQUES, V. O Censo Agropecuário 2006 e a Agricultura Familiar no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009, 96p.

• FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

• GRAZIANO DA SILVA, J. O que é questão agrária. Ed. Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos).

• GRAZIANO DA SILVA, J. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Ed. Unicamp, 1998, 211p.

• GURGEL, A. C. Impactos de Políticas Comerciais e Agrícolas Sobre a Agropecuária e a Agroindústria Brasileira. Congresso SOBER, 2014, Goiânia.

• HOBBSAWN, E.I. Da revolução industrial inglesa ao imperialismo. São Paulo: Paz e Terra.

• HOFFMANN, R. Distribuição da posse da terra no Brasil em 1980 e 1985: Dados conjuntados da agropecuária. Brasília, 1987, 17p.

• KAGEYAMA, A. (coord.) O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. Cap. II. In: DELGADO, G.C.; GASQUES, J.G.; VILLA VERDE, C.M. (org.) Agricultura e políticas públicas. Serie IPEA, n. 127. Brasília, 1990, 564p.

• KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S.M.P.P.; OLIVEIRA, J.T.A. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários a partir do Censo de 2006. In: V. Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, 2011, Campinas/SP. CD de Caderno de Programação e Resumo. Unicamp, 2011, v.1, p.1-25.

• LEITE, S.P.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.S.; PALMEIRA, M.; CONTRA, R.P. Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Ed. Unesp, 2004, 391p.

• MARGULIS, S. Meio ambiente. Aspectos técnicos e econômicos. Rio de Janeiro: IPEA/PNUD, 1990, 246p.

• MARTIONE, G.; GARCIA, R.C. (org.) Os impactos sociais da modernização agrícola. Ed. Caetés, 1987, 271p.

• MARTINE, G. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. IPLAN, 1989 (texto para discussão 15).

• ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente. Nosso Futuro Comum. 2º ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1991, 430p.

• PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1965.

• RIBEIRO, D. (2001) O processo civilizatório. Etapas da evolução socio-cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

• ROMERO, A.R.; GUANZIROLLI, C.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. Reforma Agrária: produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro: FAPIS/FEA, 1994.

• ROMERO, A.R. et al (org.) Economia do meio ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais. Campinas: Unicamp/IE, 1997.

• SANTOS, R.F. Presença de vieses de mudança na agricultura brasileira. São Paulo: IPE/USP, 1986, 176p.

• SEGALL-CORREA, Ana Maria; MARIN-LEON, Letícia; MELGAR-QUINONEZ, Hugo e PEREZ-ESCAMILLA, Rafael. Refinement of the Brazilian Household Food Insecurity Measurement Scale: Recommendation for a 14-Item EBI. Rev. Nut. [online]. 2014, vol.27, n.2 [citado 2018-03-29], pp.241-251. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-5273/2014002002418ng&pid=norm-slo- ISSN 1415-5273. http://dx.doi.org/10.1590/1415-5273/2014002002010.

• ABRAMOVY, Ricardo. Muito além da economia verde. São Paulo, SP: ABV, 2012. 247 p., il. ISBN 9788536413549 (br.).

• ALÉM A. C. Macroeconomia: teoria e prática no Brasil. São Paulo, SP: Elsevier, 2010.

• ARBAGE, Alessandro Porporatti. Fundamentos de economia rural. 2. ed. Chapeco, SC: Argos, 2012. 307 p., il. (Didáticos, 4). ISBN 9788578970420 (broch.).

• BACHA, C. J. Economia e política agrícola no Brasil. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

• BACHA, Carlos José Caetano. Tributação no agronegócio: análise de seus impactos sobre preços, fôlha de pagamento e lucros. Campinas, SP: Alínea, 2009. 107 p., il. ISBN 9788575163528 (broch.).

• BLANKFELD, H. Macroeconomia. 5. ed. São Paulo, SP: Pearson/Prentice Hall, 2011.

• DORNBUCH, R. STANLEY F., STARTZ, R. Macroeconomia. 10. ed. São Paulo, SP: McGraw-Hill: 2009.

• FEUJÓ R. L. Economia agrícola e desenvolvimento rural. Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos: 2011.

• FERRERA M. V. Economia: macroeconomia e economia brasileira em questões comentadas. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2010.

• LOPES L. M., VASCONCELLOS, M. A. S. (Org.). Manual de macroeconomia: nível básico e nível intermediário. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

• MANKIV N. G. Principípios de macroeconomia. São Paulo, SP: Cengage Learning: 2013.

• PAULANI L. A. Nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia. Coautoria de Marcio Bobik Braga. 4. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva: 2012.

• PINHO, D. B., VASCONCELLOS, Marco A. (org) Manual de Economia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006, 606p.

• SANTOS C. H. M. (Org.). Finanças públicas e macroeconomia no Brasil: um registro da reflexão do IPEA (2008-2014). Coorganização de Raphael Rocha Gouvêa. Rio de Janeiro, RJ: IPEA: 2014.

• VARIAN, H. R. Microeconomia: princípios básicos : uma abordagem moderna. Tradução de Maria Jose Cyhlar Monteiro, Ricardo Doninelli; Revisão de Lia Hasenclever. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier/Campus; Campus, 2006. 807 p., il. ISBN 9788535216707 (broch.).

• VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Economia: micro e macro, teoria e exercícios, glossário com os 300 principais conceitos econômicos. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011. 453 p., il. ISBN 978852245873 (broch.).

• ARACRI, L. A. S. Reestruturação produtiva, território e difusão de inovações no campo : a agricultura de precisão em Mato Grosso. Rio de Janeiro, RJ: Arquimedes, 2012. 175 p. ISBN 9788589667340 (broch.).

• BATALHA M. O. Gestão Agroindustrial: GEPAI - Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. Coordenação de Mário Otávio Batalha. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009. 2 v. ISBN 9788522454495 (v.2 : broch.).

• CHAGAS, A. M. R. (Org.). Saúde e segurança no trabalho no Brasil: aspectos institucionais, sistemas de informação e indicadores. Coorganização de Celso A. Salim, Luciana Mendes Santos. Verso. Brasília: IPEA, 2011. 390 p., il.

• COSTA, Francisco de Assis. Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável. 2. ed. Belém, PA: Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2012. 150 p., il. (Economia política da Amazônia, 1, Série IV. Dinâmica contemporânea). ISBN 9788571431003 (broch.).

• EMBRAPA. Matriz de análise de política: metodologia e análise. Co-autoria de Mauro de Rezende Lopes. Brasília, DF: EMBRAPA, 2012. 227 p., il. ISBN 9788570351432 (broch.).

• IPEA. Macroeconomia para o desenvolvimento: crescimento, estabilidade e emprego. Brasília, DF: IPEA: 2010.

• KON A. Indústria, tecnologia e trabalho: desafios da economia brasileira. Organização de Anita Kon; Coorganização de Elizabeth Borelli. São Paulo, SP: [s.n.], 2012. 474 p., grafs., tabs. ISBN 9788590175643 (broch.).

• OREIRO J. L. C. Estratégias para o algodão no Brasil. Organização de Marco de Moraes Neves; Prefácio de Sérgio de Marco. São Paulo, SP: Atlas: 2012.

• MANKIV N. G. Macroeconomia. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos; 2010.

• OREIRO J. L. PAULA L. P., BASILIO F. (Org.). Macroeconomia do desenvolvimento: ensaios sobre restrição externa, financiamento e política macroeconômica. Recife, PE: Editora Universitária da UFPE, 2012. C.

• SILVA V, MELLO N. T. C. (Org.). Agonegócio: desenvolvimento, meio ambiente e sociedade: ciclo de debates IEA 65 anos. São Paulo, SP: Instituto de Economia Agrícola: 2009.

• BLANK, Leland T; TARQUIN, Antony. Engenharia econômica. 6. ed. São Paulo, SP: McGraw-Hill, 2008. 756 p., il. ISBN 9788572602623 (broch.).

• CASAROTTO FILHO, Nelson. Análise de investimentos: matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial. Coautoria de Bruno Hartmut Koptchke. 1. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. 411 p., il. ISBN 9788522457892 (broch.).

• FERRERA, Roberto G. Engenharia econômica e avaliação de projetos de investimento: critérios de avaliação: financiamentos e benefícios fiscais: análise de sensibilidade e risco. São Paulo, SP: Atlas, 2009. 273 p., il. ISBN 9788522456680 (broch.).

• GUIDUCCI, R. C., LIMA FILHO J. R., MOTA, M. M. (Eds.). Viabilidade econômica de sistemas de produção agropecuários: metodologia e estudos de casos. Brasília, DF: EMBRAPA, 2012. 535 p., il. ISBN 9788570351685 (broch.).

• HIRSCHFELD, Henrique. Engenharia Econômica e Análise de Custos. São Paulo, Ed Atlas, 2000.

• FERREIRA, R. H. H. M. R. V. Matemática financeira e engenharia econômica: a teoria e a prática da análise de projetos de investimento. São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning, 2003. 273 p., il. ISBN 9788522103027 (broch.).

• SOUZA, Alceu. Decisões financeiras e análise de investimentos: fundamentos, técnicas e aplicações. Co-autoria de Ademir Clemente. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008. vii, 186p., il. ISBN 9788522450374 (broch.).

• TORRES, O. F. F. Fundamentos da engenharia econômica e da análise econômica de projetos. São Paulo, SP: Thomson, 2006. 145 p., il. ISBN 8521105227 (broch.).

• WOILER, S.; MATHIAS, W. F. Projetos, Planejamento, Elaboração e Análise. 2ª. Edição. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2010.

• BRUNI, Adriano Leal; FAMA, Rubens. Matemática Financeira com HP 12 e Excel. São Paulo. Ed. Atlas, 2004.

• BRUNSTEIN, Israel. Economia de empresas. São Paulo. Ed. Atlas, 2005.

• GOMES, Heber Pimentel. Eficiência hidráulica e energética em saneamento: análise econômica de projetos. Rio de Janeiro, RJ: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2005. 180p. ISBN 9519221479 (broch.).

• LOPEZ GONZALEZ, Antonio. Food plant design. Coautoria de Gustavo V. Barbosa-Cánovas. Boca Raton, FL: Taylor & Francis, 2005. 388 p., il. (Food science and technology, 143). ISBN 9781574460293 (enc.).

• SAMANEZ, Carlos Patricio. Engenharia Econômica. São Paulo. Editora Prentice Hall, 2009

• SANTOS, Gilberto Jose dos. Administração de custos na agropecuária. Coautoria de José Carlos Marinho, Sonia Segatti. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009. 154 p., il. ISBN 9788522456598 (broch.).

• Brugnaro, C. e Sbragia, R. Gerência agrícola em destilarias de álcool. IANA/Planalsucar, 1982 (coleção planalsucar.1). Referências Complementares:

• Corrêa, H. Administração de produção e operações: manufatura e serviços. São Paulo: Atlas, 2012.

• Wagner, S.A.; Giasson, E.; Miguel, L.A.; Machado, J.A.D. Gestão e planejamento de unidades de produção agrícola. Universidade Alberta do Brasil. UAB/UFRGS. Curso de Graduação Tecnológica - Planejamento e gestão para o desenvolvimento rural da SEAD/UFRGS - Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2010.

• Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. Guia para gestão da propriedade agrícola familiar. Universidade Federal de São Carlos. Departamento de Engenharia de Produção. São Carlos, 2004.

• Maximiano, A.C.A. Introdução à administração. São Paulo: Atlas, 2002.

• Lima, A. P.; Basso, N.; Neumann, P.S.; Santos, A.C.; Muller, A.G. Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores. UNIUJ, 2001. 222p.

• Batalha, M.O. (coord.) Gestão Agroindustrial. São Paulo: Editora Atlas, Vol. 1. GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais, 2001. 690 p.

• Zyberstajin, D.; Neves, M.F. (Org.) Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares. São Paulo: Editora Pioneira, 2000. 428 p.

3.2.2. O candidato portador de necessidades especiais, temporária ou permanente, que precisar de condições especiais para se submeter às provas deverá solicitar-las por escrito no momento da inscrição, indicando as adaptações de que necessita.

3.2.3. No ato da inscrição o candidato poderá manifestar por meio do sistema de inscrição a intenção de realizar as provas na língua inglesa. Os conteúdos das provas realizadas nas línguas inglesa e portuguesa serão os mesmos.

3.2.4. A Unicap não se responsabiliza por solicitação de inscrição pela internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

3.2.5. Após realizar a inscrição no link indicado no item 3.1, com envio dos documentos solicitados, o candidato confirmará a inscrição e receberá um protocolo de recebimento de seu pedido de inscrição.

3.3. Recebida a documentação e satisfeitas as condições do edital, a Secretaria da Unidade encaminhará o requerimento de inscrição com toda a documentação ao(a) Diretor(a) do(a) Faculdade de Engenharia Agrícola, que a submeterá ao Departamento ou a outra instância competente, definida pela Congregação da Unidade a que estiver afetado(a) área(s) em concurso, tendo este o prazo de 15 dias para emitir parecer circunstanciado sobre o assunto.

3.3.1. O parecer de que trata o subitem anterior será submetido à aprovação da Congregação da Unidade, instância que deliberará sobre o deferimento de inscrições.

3.3.2. A Unidade divulgará no site www.feagri.unicamp.br/portal/concursos a deliberação da Congregação referente às inscrições e composição da Comissão Julgadora.

3.4. Os candidatos que tiveram os requerimentos de inscrição deferidos serão notificados a respeito da composição da Comissão Julgadora e seus suplentes, bem como do calendário fixado para as provas no local de sua realização, por meio de edital a ser publicado no Diário Oficial do Estado e divulgado no site www.feagri.unicamp.br/portal/concursos, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis do início das provas.

3.5. O prazo de inscrição poderá ser prorrogado, a critério da Unidade, por igual período, devendo ser publicado no Diário Oficial do Estado até o dia do encerramento das inscrições.

3.6. A critério da Unidade, o prazo de inscrições poderá ser reaberto, por igual período, até o final do dia útil imediatamente posterior ao do encerramento das inscrições.

4. DA COMISSÃO JULGADORA

4.1. A Comissão Julgadora será constituída de 05 (cinco) membros titulares e 02 (dois) suplentes, portadores, no mínimo, do Título de Doutor, cujos nomes serão aprovados pela Congregação da Unidade, e sua composição deverá observar os princípios constitucionais, em particular o da impessoalidade.

4.1.1. Pelo menos 02 (dois) membros da Comissão Julgadora deverão ser externos à Unidade ou pertencer a outras instituições.

4.2. Caberá à Comissão Julgadora examinar os títulos apresentados, conduzir as provas do concurso e proceder às arguições a fim de fundamentar parecer circunstanciado, classificando os candidatos.

4.3. A Comissão Julgadora será presidida pelo membro da Unidade com a maior titulação. Na hipótese de mais de um membro se encontrar nesta situação, a presidência caberá ao docente mais antigo na titulação.

5. DAS PROVAS

5.1. O concurso constará das seguintes provas
a) prova escrita (peso 01);
b) prova de títulos (peso 02);
c) prova de arguição (peso 01);
d) prova didática (peso 01).

5.2. Na definição dos horários de realização das provas será considerado o horário oficial de Brasília/DF.
5.2.1. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora fixada para o seu início.

5.2.2. Não será admitido o ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.
5.3. O não comparecimento às provas, por qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do certame.

5.4. Havendo provas de caráter eliminatório, estas devem ocorrer no início do concurso e seus resultados divulgados antes da sequência das demais provas.

5.4.1. Participarão das demais provas apenas os candidatos aprovados nas provas eliminatórias.

5.5. A prova escrita versará sobre assunto de ordem geral e doutrinária, relativa ao conteúdo do programa das disciplinas ou conjunto de disciplinas em concurso.

5.5.1. No início da prova escrita, a Comissão Julgadora fará a leitura da(s) questão(s), concedendo o prazo de 60 (sessenta) minutos para que os candidatos consultem seus livros, periódicos ou outros documentos bibliográficos, na forma impressa, excluindo-se o acesso a equipamentos eletrônicos e à internet.
5.5.2. Findo o prazo estabelecido no item 5.5.1 não será mais permitida a consulta de qualquer material, e a prova escrita terá início, com duração de 04 (quatro) horas para a redação da(s) resposta(s).

5.5.3. As anotações efetuadas durante o período de consulta previsto no item 5.5.1 poderão ser utilizadas no decorrer da prova escrita, devendo ser rubricadas por todos os membros da Comissão Julgadora e anexadas na folha de resposta.

5.5.4. A prova escrita terá caráter eliminatório, caso compareçam 09 (nove) ou mais candidatos.

5.5.5. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) à prova escrita.
Prova de Títulos

5.7. Na prova de títulos a Comissão Julgadora apreciará o memorial elaborado e comprovado pelo candidato no ato da inscrição.

5.7.1. Para fins de julgamento da prova de títulos serão considerados os seguintes documentos:

- a) Título de Graduação;
- b) Título de Especialização;
- c) Título de Mestrado;
- d) Título de Doutorado;
- e) Título de Mestrado Profissional;
- f) Pós-Doutorado;
- g) Publicações acadêmico-científicas (artigos, livros, capítulos de livros, etc.);
- h) Publicações em revistas de circulação nacional/índexadas;
- i) Publicações em revistas de circulação internacional/índexadas;
- j) Experiência docente;
- k) Experiência profissional;
- l) Participação em atividades de extensão;
- m) Atividades acadêmicas durante a graduação (iniciação-científica, monitoria, estágio);
- n) Recebimento de bolsa ou apoio para pesquisa;
- o) Participação ou coordenação em projeto de pesquisa;
- p) Premiação e distinção acadêmica;
- q) Assessoria e consultoria;
- r) Produções artístico-culturais;
- s) Patentes ou propriedades intelectuais registradas;

5.7.2. A Comissão Julgadora adotará os seguintes critérios para julgamento da prova de títulos, considerando a qualidade e o interesse da produção do candidato:

a) Relevância, contribuição e aderência da produção do candidato para a área do concurso;

b) Impacto científico, artístico, social e de inovação da produção do candidato;

5.7.3. Os membros da Comissão Julgadora terão o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para emitir julgamento da prova de títulos.

5.7.4. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) à prova de títulos, elaborando parecer circunstanciado que indique os critérios de julgamento e a pontuação atribuída a cada candidato.

Prova de Arguição
5.8. Na prova de arguição o candidato será interposto pela Comissão Julgadora sobre o material do programa da disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso e/ou sobre o memorial apresentado na inscrição.

5.8.1. Na prova de arguição cada integrante da Comissão Julgadora disporá de até 30 (trinta) minutos para arguir o candidato que terá igual tempo para responder às questões formuladas.

5.8.2. Havendo acordo mútuo, a arguição poderá ser feita sob a forma de diálogo, respeitando, porém, o limite máximo de 01 (uma) hora para cada arguição.

5.8.3. Ao final da prova, cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez).

Prova Didática
5.9. A prova didática versará sobre o programa de disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso (Anexo I) e nela o candidato deverá revelar cultura aprofundada no assunto.

5.9.1. A matéria para a prova didática será sorteadas com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, de uma lista de 10 (dez) pontos, organizada pela Comissão Julgadora.

5.9.2. A prova didática terá duração de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos, e nela o candidato desenvolverá o assunto do ponto sorteados, vedada a simples leitura do texto da aula, mas facultando-se, com prévia aprovação da Comissão Julgadora, o emprego de roteiros, apontamentos, tabelas, gráficos, dispositivos ou outros recursos pedagógicos utilizáveis na exposição.

5.9.3. Ao final da prova, cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez).

5.10. As provas orais do presente concurso público serão realizadas em sessão pública. É vedado aos candidatos assistir às provas dos demais candidatos.

5.11. A Comissão Julgadora poderá ou não descontar pontos quando o candidato não atingir o tempo mínimo ou exceder o tempo máximo pré-determinado para as provas didática e de arguição.

6. DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROVAS

6.1. As provas de títulos, arguição, didática, e escrita terão caráter classificatório.

6.1.1. A prova escrita terá caráter eliminatório, caso compareçam 09 (nove) ou mais candidatos.

6.1.1.1. Na hipótese da prova escrita ter caráter eliminatório, deverá ser observado o seguinte procedimento:

a) ao final da prova escrita cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), considerando o previsto no item 5.5 deste edital;

b) após a atribuição das notas, o resultado da prova escrita será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública;

c) serão considerados aprovados na prova escrita com caráter eliminatório os candidatos que obtiverem notas iguais ou superiores a 07 (sete), de no mínimo, 03 (três) dos 05 (cinco) examinadores;

d) somente participarão das demais provas do concurso público os candidatos aprovados na prova escrita;

e) as notas atribuídas na prova escrita por cada um dos examinadores aos candidatos aprovados serão computadas ao final do concurso público para fins de classificação, nos termos do item 6.3 deste edital.

6.2. Ao final de cada uma das provas previstas no subitem 5.1 deste edital, cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez).

6.2.1. As notas de cada prova serão atribuídas individualmente pelos integrantes da Comissão Julgadora em envelope lacrado e rubricado, após a realização de cada prova e abertos ao final de todas as provas do concurso em sessão pública.

6.2.2. Caso a prova escrita não tenha caráter eliminatório, as notas atribuídas nestas provas deverão ser divulgadas no final do concurso, nos termos do subitem 6.2.1.

6.3. A nota final de cada examinador será a média ponderada das notas atribuídas por ele ao candidato em cada prova.

6.3.1. Cada examinador fará uma lista ordenada dos candidatos pela sequência decrescente das notas finais. O próprio examinador decidirá os casos de empate, com critérios que considerar pertinentes.

6.3.2. As notas finais serão calculadas até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, se inferior a cinco e aumentando-se o algarismo da casa decimal para o número subsequente, se o algarismo da ordem centesimal for igual ou superior a cinco.

6.4. A Comissão Julgadora, em sessão reservada, depois de divulgadas as notas e apurados os resultados, emitirá parecer circunstanciado sobre o resultado do concurso justificando a indicação feita, do qual deverá constar tabela e/ou textos contendo as notas, as médias e a classificação dos candidatos. Também deverão constar do relatório os critérios de julgamento adotados para a avaliação de cada uma das provas. Todos os documentos e anotações feitas pela Comissão Julgadora para atribuição das notas deverão ser anexados ao processo do concurso público.

6.4.1. Ao relatório da Comissão Julgadora poderão ser acrescentados relatórios individuais de seus membros.

6.5. O resultado do concurso será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública.

6.5.1. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima sete.

6.5.2. A relação dos candidatos habilitados é feita a partir das listas ordenadas de cada examinador.

6.5.3. O primeiro colocado será o candidato que obtiver o maior número de indicações em primeiro lugar na lista ordenada de cada examinador.

6.5.4. O empate nas indicações será decidido pela Comissão Julgadora, prevalecendo sucessivamente a maior média obtida na prova didática e a maior média obtida na prova de títulos.

6.5.5. Excluídas das listas dos examinadores o nome do candidato anteriormente selecionado, o próximo classificado será o candidato que obtiver o maior número de indicações na posição mais alta da lista ordenada de cada examinador.

6.5.6. Procedimento idêntico será efetivado subsequentemente até a classificação do último candidato habilitado.

6.6. As sessões de que tratam os itens 6.2.1 e 6.5 deverão ser realizadas no mesmo dia em horários previamente divulgados.

6.7. O parecer da Comissão Julgadora será submetido à Congregação da Faculdade de Engenharia Agrícola, que só poderá rejeitá-lo em virtude de vícios de ordem formal, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros presentes.

6.8. O resultado final do concurso será submetido à apreciação da Câmara Interna de Desenvolvimento de Docentes (CID), e encaminhada à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) para deliberação.

6.9. A relação dos candidatos aprovados será publicada no Diário Oficial do Estado, com as respectivas classificações.

7. DA ELIMINAÇÃO
7.1. Será eliminado do concurso público o candidato que:

a) Deixar de atender às convocações da Comissão Julgadora;
b) Não comparecer ao sorteio do ponto da prova didática;
c) Não comparecer a qualquer uma das provas, exceto a prova de títulos.

8. DO RECURSO
8.1. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado do concurso, exclusivamente de nulidade, ao Conselho Universitário, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação prevista no item 6.9 deste edital.

8.2. O recurso deverá ser protocolado na Secretaria Geral da UNICAMP.

8.1.2. Não será aceito recurso via postal, via fac-símile ou correio eletrônico.

8.1.3. Recursos extemporâneos não serão recebidos.
8.2. O resultado do recurso será divulgado no site eletrônico da Secretaria Geral da UNICAMP (www.sg.unicamp.br).

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
9.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento.

9.2. As convocações, avisos e resultados do concurso serão publicados no Diário Oficial do Estado e estarão disponíveis no site www.feagri.unicamp.br/portal/concursos, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

9.3. Se os prazos de recurso terminarem em dia em que não há expediente na Universidade, no sábado, domingo ou feriado, estes ficam automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente.

9.4. O prazo de validade do concurso será de 01 (um) ano(s), a contar da data de publicação no Diário Oficial do Estado da homologação dos resultados pela CEPE, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

9.4.1. Durante o prazo de validade do concurso poderão ser providos os cargos que vierem a vagar, para aproveitamento de candidatos aprovados na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso.

9.5. A critério da Unidade de Ensino e Pesquisa, ao candidato aprovado e admitido poderão ser atribuídas outras disciplinas além das referidas na área do concurso, desde que referentes à área do concurso ou de sua área de atuação.

9.6. O candidato aprovado e admitido somente será considerado estável após o cumprimento do estágio probatório, referente a um período de 03 (três) anos de efetivo exercício, durante o qual será submetido à avaliação especial de desempenho, conforme regulamentação prevista pela Universidade.

9.7. Até 60 (sessenta) dias após a publicação da homologação do concurso o candidato poderá solicitar a retirada dos memoriais (Item 3.2 "c" e "d") entregues no ato da inscrição e que não foram utilizados pela Comissão Julgadora, mediante requerimento protocolado na Secretaria da(o) Faculdade de Engenharia Agrícola. Após este prazo, os memoriais serão descartados.

9.8. O presente concurso obedecerá às disposições contidas na Deliberação CONSU-A-30/13, e Deliberação Congregação Feagri 11/2/2022.

9.8.1. Cópia da Deliberação CONSU-A-30/13 poderá ser obtida no site www.sg.unicamp.br ou junto à Secretaria, Faculdade de Engenharia Agrícola que poderá prestar quaisquer outras informações relacionadas ao concurso público.

9.9. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado.

9.10. Qualquer alteração nas regras de execução do concurso só deverá ser objeto de novo Edital.

ANEXO I - PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS

FAS03 - Meteorologia Agrícola
Meteorologia, climatologia, atmosfera terrestre, radiação solar, ciclo hidrológico, fofossintese, posto meteorológico, zoneamento agrícola, planejamento das atividades agrícolas.

FA622 - Sistema Solo-Planta-Atmosfera
Relação solo-planta-atmosfera. Dinâmica na atmosfera. Radiação solar. Efeito da temperatura no desenvolvimento dos vegetais. Água no sistema vegetal. Balanço de energia, evaporação e transpiração vegetal. Mecanismo de controle de perda de água nos vegetais: controle estomático. Movimento da água no solo. Absorção da água pelas raízes. Evolução dos mecanismos da tolerância das espécies vegetais à saturação hídrica e ao déficit hídrico no solo. Balanço hídrico. Balanço hidrológico. Modelagem e espacialização das relações solo-planta-atmosfera.

FA786 - Hidrologia, Ciência e Aplicação
Precipitação, infiltração e evapotranspiração em bacias hidrográficas.

FA876 - Técnicas de Irrigação
Relação Solo-Água-Planta; Sistemas de irrigação por aspersão localizada e por superfície; Manejo da irrigação.

FA972 - Drenagem de Solos Agrícolas
Estudos básicos para caracterização de problemas de drenagem agrícola; métodos de drenagem e dimensionamento de sistemas de drenagem superficial e subterrânea.

ANEXO II - BIBLIOGRAFIA
- ALTIERI, M.A. Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável. Editora Nordan-Comunidade, Montevideo, 1999.

- BERGAMASCO, S.M.P.P. & NORDER, L. O que são assentamentos rurais? São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Passos).

- BERGAMASCO, S.M.P.P.; OLIVEIRA, J.T.A.; ESQUERDO, V.F.S. Assentamentos rurais no século XXI: temas recorrentes. São Paulo: INCRA, 2011, 525p.

- BOSERP, E. Evolução agrária e pressão demográfica. São Paulo: HUCITEC, 1987.

- BUAINAIN, A. M. et al. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. Revista de Política Agrícola, v. 22, n. 2, p. 105-121, 2013.

- BUARQUE DE HOLANDA, S. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio.

- FRANÇA, C.G.; GROSSI, M.; MARQUES, V. O Censo Agropecuario 2006 e a Agricultura Familiar no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009, 96p.

- FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

- GRAZIANO DA SILVA, J. O que é questão agrária. Ed. Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos).

- GRAZIANO DA SILVA, J. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Ed. Unicamp, 1998, 211p.

- GURGE, A. C. Impactos de Políticas Comerciais e Agrícolas Sobre a Agropecuária e a Agroindústria Brasileiras. Congresso SOBER, 2014. Goiânia.

- HOBENANN, E.J. Da revolução industrial inglesa ao imperialismo. São Paulo: Paz e Terra.

- HOFFMANN, R. Distribuição da posse da terra no Brasil em 1980 e 1985: Dados conjunturais da agropecuária. Brasília, 1987, 17p.

- KAGEYAMA, A. (coord.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. Cap.

II. In: DELGADO, G.C.; GASQUES, J.G.; VILLA VERDE, C.M. (org.) Agricultura e políticas públicas. Série IPEA, n. 127. Brasília, 1990, 564p.

- KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S.M.P.P.; OLIVEIRA, J.T.A. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários a partir do Censo de 2006. In: V. Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, 2011, Campinas/SP. CD e Caderno de Programação e Resumos. Campinas: Feagri/Unicamp, 2011. v.1, p.1-25.

- LEITE, S.P.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.S.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R.P. Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Ed. Unesp, 2004, 391p.

- MARGULIS, S. Meio ambiente. Aspectos técnicos e econômicos. Rio de Janeiro: IPEA/UNU, 1990, 246p.

- MARTIONE, G.; GARCIA, R.C. (org.). Os impactos sociais da modernização agrícola. Ed. Caetés, 1987, 271p.

- MARTINE, G. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. IPLAN, 1989 (Texto para discussão 15).

- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente. Nosso Futuro Comum. 2.º ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1991, 430p.

- PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1965.

- RIBEIRO, D. (2001) O processo civilizatório. Etapas da evolução sociocultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

- ROMERO, A.R.; GUANZINI, C.C.; PALMEIRA, M., LEITE, S. Reforma Agrária: produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro: FORT/FAO/SE, 1994.

- ROMERO, A.R. et al. (org.). Economia do meio ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais. Campinas: Unicamp/IE, 1997.

- SANTOS, R.F. Presença de vieses de mudança na agricultura brasileira. São Paulo: IPE/USP, 1986, 176p.

- SEGALL-CORREA, Ana Maria; MARIN-LEON, Letícia; MELGAR-QUINONEZ, Hugo e PEREZ-ESCAMILLA, Rafael. Refinement of the Brazilian Household Food Insecurity Measurement Scale: Recommendation for a 14-item EBIA. Rev. Nutr. [online], 2014, vol.27, n.2 [citado 2018-03-25], pp.241-251. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1515-5273201400020241&lng=pt&btn=iso-b>. ISSN 1415-5273. <http://dx.doi.org/10.1590/1415-52732014000200010>

- AUGER, P.; BAUDRY, J.; FOURNIER, F. - Hiérarchies et échelles en écologie - Naturalia Publications, 1992, 300 p.

- BRUTSAERT, W. - Evaporation into the Atmosphere, Theory, History, and Applications - Kluwer Academic Publishers, 1991, 299 p.

- JONES, H. C. - Plants and Microclimate, A quantitative approach to environmental plant physiology- Cambridge University Press, 1992, 428p.

- KOZLOWSKI, T. T.; KRAMER, P. J.; PALLARDY, S. G. - The Physiological Ecology of Woody Plants - Academic Press, 1991, 657 p.

- MUSY, A.; SOUTTER, M. - Physique du Sol - Collection Génér L'Environnement, 1991, 335 p.

- MONTEITH, J. L. e outros - Vegetation and the Atmosphere, Volume 1 Principles - Academic Press, 1975, 277 p.

- MONTEITH, J. L. e outros - Vegetation and the Atmosphere, Volume 1 Case Studies - Academic Press, 1975, 438 p.

- SMITH, J. A. C.; GRIFFITHS, H. - Water Deficits, plant responses from cell to community - BIOS Scientific Publishers Limited, 1993, 345 p.

- ZIMMERMAN, M. H. - Xylem structure and the ascent of sap - Springer series in Wood Science, Springer-Verlag, 1983, 143 p.

- Auger, P.; Baudry, J.; Fournier, F. - Hiérarchies et échelles en écologie - Naturalia Publications, 1992, 300 p.

- Barth, F. T. e outros - Modelos para gerenciamento dos Recursos Hídricos - São Paulo, Nobel/ABRH, coleção ABRH de Recursos Hídricos, vol. 1, 1987, 526 p.

- Collin, J. - L'eau le miracle oublié - Guy Tredaniel Editeur, Paris, 1993, 212 p.

- Jones, H. C. - Plants and Microclimate, A quantitative approach to environmental plant physiology- Cambridge University Press, 1992, 428p.

- MAGALHÃES, R. Planejamento de Recursos Hídricos para uma Melhor Gestão da Água. Anais do Ciclo de Palestras da Secretaria. Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Recursos Hídricos, Brasília, 1999, p. 121 - 125.

- Musy, A.; Soutter, M. - Physique du Sol - Collection Génér L'Environnement, 1991, 335 p.

- Neuvy, G. - L'homme et l'eau dans le domaine tropical - Masson Géographique, Paris, 1991, 227 p.

- Pédoya, C. - La guerra de l'eau - Génèse, mouvements et échanges, pollutions et pénuries - Editions Frison-Roche, Paris, 1990, 155 p.

- Pinto, N. L. S. et al. - Hidrologia Básica. Editora Edgard Blucher, 1973.

- Porto, R. L. L. et al. - Hidrologia Ambiental. EDUSP/ABRH Coleção ABRH de Recursos Hídricos, vol. 3, 1991.

- Reboças, A. C. et al. - Águas Doces no Brasil - Capital ecológico, uso e conservação - Escrituras Editora - São Paulo, 1999.

- Rightetto, A. M. - Hidrologia e Recursos Hídricos - EESC-USP - São Carlos, 1998.